



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Assembleia Nacional:

Resolução n.º 133/VI/2005:

Deferindo o pedido de suspensão temporária de mandato dos deputados Mário José Carvalho de Lima e Elsa Maria Sousa Soares.

Resolução n.º 134/VI/2005

Deferindo o pedido de suspensão temporária de mandato dos deputados Armando Jorge Lopes Monteiro e Florentina da Cruz Lima e Lima, respectivamente.

Despacho de Substituição n.º 134/VI/2005:

Substituindo os deputados Elsa Maria Sousa Soares e Mário José Carvalho Lima por Hélder José Andrade Duarte e Lourenço Lopes Furtado, respectivamente.

Despacho de Substituição n.º 135/VI/2005:

Substituindo os deputados Armando Jorge Lopes Monteiro e Florentina da Cruz Lima e Lima por Fernando Semedo e António Fonseca Santos, respectivamente.

Secretaria-Geral.

Conselho de Ministros:

Resolução n.º 3/2005 (II Série):

Nomeando Mário José Carvalho de Lima, para, em comissão ordinária de serviço exercer as funções de Director-Geral do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Resolução n.º 4/2005 (II Série):

Nomeando os cidadãos que indica para membros do Conselho de Administração da Agência da Aviação Civil (AAC).

Ministério das Infraestruturas e Transportes:

Direcção de Serviço de Administração.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades:

Direcção-Geral de Administração.

Ministério da Justiça:

Gabinete da Ministra.

Direcção – Central da Polícia Judiciária.

Ministério da Administração Interna

Comando Geral da Polícia de Ordem Pública.

Ministério da Cultura:

Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Ministério da Educação e valorização dos Recursos Humanos:

Direcção dos Recursos Humanos.

Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade:

Direcção de Administração.

Tribunal de Contas:

Direcção dos Serviços Administrativos, Financeiros e Patrimoniais.

Município da Brava:

Câmara Municipal.

Município do Tarrafal:

Câmara Municipal.

Município de São Vicente:

Câmara Municipal.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Comissão Permanente

Resolução nº 133/VI/2005

de 10 de Fevereiro

Ao abrigo da alínea a) do artigo 55º do Regimento da Assembleia Nacional, a Comissão permanente delibera o seguinte:

Artigo 1º

Deferir o pedido de suspensão temporária de mandato do deputado Mário José Carvalho de Lima, eleito na lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral de São Domingos, por um período de seis meses, com efeito a partir do dia 11 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º

Deferir o pedido de suspensão temporária de mandato da deputada Elsa Maria Sousa Soares, eleito na lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral da Brava, por um período compreendido entre 11 e 21 de Janeiro de 2005.

Aprovada em 14 de Janeiro de 2005.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.

Resolução nº 134/VI/2005

de 10 de Fevereiro

Ao abrigo da alínea a) do artigo 55º do Regimento da Assembleia Nacional, a Comissão permanente delibera o seguinte:

Artigo 1º

Deferir o pedido de suspensão temporária de mandato do deputado Armando Jorge Lopes Monteiro, eleito na Lista do MPD pelo Círculo eleitoral da África, por um período compreendido entre 8 e 25 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º

Deferir o pedido de suspensão temporária de mandato da deputada Florentina da Cruz Lima e Lima, da lista do MPD, pelo Círculo Eleitoral do Porto Novo, por um período compreendido entre 6 e 22 de Janeiro de 2005.

Aprovada em 14 de Janeiro de 2005.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.

Gabinete do Presidente

Despacho de Substituição nº 134/VI/2005

Ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 24º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com o disposto nos artigos 4º, 5º e nº2 do artigo 6º do Estatuto dos Deputados, defiro, a requerimento do Grupo parlamentar do PAICV, o pedido de substituição temporária de mandato dos seguintes Deputados:

1. Elsa Maria Sousa Soares da lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral da Brava, pelo candidato não eleito da mesma lista Hélder José Andrade Duarte.
2. Mário José carvalho de Lima, eleito na lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral de São Domingos, pelo candidato não eleito da mesma lista Lourenço Lopes Furtado

Publique-se.

Assembleia Nacional, 14 de Janeiro de 2005. - O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.

Despacho de Substituição nº 135/VI/2005

Ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 24º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com o disposto nos artigos 4º, 5º e nº2 do artigo 6º do Estatuto dos Deputados, defiro, a requerimento do Grupo Parlamentar do MPD, o pedido de substituição temporária de mandato dos seguintes Deputados:

- 1 Armando Jorge Lopes Monteiro, eleito na lista do MPD pelo Círculo Eleitoral da África, pelo candidato não eleito da mesma lista Fernando Semedo.
2. Florentina da Cruz Lima e Lima, da lista do MPD pelo Círculo Eleitoral do Porto Novo, pelo candidato não eleito da mesma lista António Fonseca Santos.

Publique-se.

Assembleia Nacional, 14 de Janeiro de 2005. - O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.

Secretaria-Geral

Despacho de S. Ex^a o Secretário da Mesa, por subdelegação de S. Ex^a o Primeiro Vice-Presidente da Assembleia Nacional:

De 5 de Janeiro de 2005:

Ao abrigo do nº 1 do artigo 17º do Regulamento do Estágio Probatório de Ingresso nas Carreiras do Pessoal Técnico Parlamentar da Assembleia Nacional são nomeados definitivamente nos respectivos cargos, o Redactor e os Técnicos Parlamentares, em regime de Estágio Probatório, abaixo designados:

- Sérgio Soares da Costa, redactor de 2ª classe, referência 13, escalão A;
- Sandra Mónica Timas Lopes, técnica parlamentar de 2ª classe, referência 13, escalão A (continuando a exercer o cargo de Chefe de Divisão de Gestão Financeira);
- Joaquim Augusto Gomes, técnico parlamentar de 2ª classe, referência 13, escalão A.

Despacho do Director do Hospital “Dr. Agostinho Neto”, por delegação de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 10 de Janeiro de 2005:

Eliseth Gomes Lopes, secretária parlamentar de 3ª classe, do quadro de pessoal da Assembleia Nacional, homologado o parecer da Junta de Saúde, de 6 de Janeiro de 2005, que é do seguinte teor:

“Que as faltas dadas ao serviço de 8 de Junho a 8 de Setembro de 2004, devem ser justificadas”.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, ao 17 de Janeiro de 2005. – O Secretário-Geral, *Eutrópio Lima da Cruz*.

—o—

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução nº 3/2005

De 10 de Fevereiro

No uso da faculdade conferida pelo nº 2 do artigo 260º da Constituição da República, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo Único

É nomeado Mário José Carvalho Lima, mestre em Ensino de Física e Química, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Director-Geral do Instituto de Emprego e Formação profissional, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*.

Resolução nº 4/2005

De 10 de Fevereiro

Considerando a urgente necessidade e interesse públicos da designação e composição do Conselho de Administração da Agência

da Aviação Civil (AAC), criada pelo Decreto-Lei nº 27/2004, de 12 de Julho;

Feita a apresentação dos indigitados que integram o Conselho de Administração da Agência da Aviação Civil (AAC), à competente Comissão Especializada da Assembleia Nacional;

Tendo em atenção o disposto no nº 1 do artigo 37º da Lei nº 20/VI/2003, de 21 de Abril;

No uso da faculdade conferida pelo nº 2 do artigo 260º da Constituição da República, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

Nomeação

São nomeados membros do Conselho de Administração da AAC os seguintes cidadãos:

- Eng. Valdemar Júlio Brito Correia – Presidente do Conselho de Administração,
- Dr. Carlos Alberto Brazão Carvalho Leão Monteiro – Administrador Executivo;
- Dr. Agnelo Alberto Lopes Barbosa – Administrador Executivo.

Artigo 2º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*.

—o—

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS E TRANSPORTES

Direcção de Serviço de Administração

Despacho de S. Ex^a o Ministro de Estado e das Infraestruturas e Transportes:

De 25 de Janeiro de 2005:

Rita Maria Ramos Almeida, escriturária-dactilógrafa, referência 2, escalão A, da Direcção-Geral da Marinha e Portos prestando serviço na capitania dos Portos de Sotavento, na situação de licença de longa duração, exonerada a pedido da sua procuradora. Fernanda Jesus Ramos Almeida, nos termos do nº 2 do artigo 28º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeito a partir de 25 de Novembro de 2004.

Direcção dos serviços de Administração, na Praia, aos 27 de Janeiro de 2005. – Pelo Director de Serviço, *Ilegível*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E COMUNIDADES

Direcção-Geral de Administração

Despacho de S. Ex^a o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros:

De 25 de Janeiro de 2005:

No âmbito da mobilidade do pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades e ao abrigo do artigo 46º do Decreto-Lei nº 57/98, de 14 de Dezembro, é transferido Gregório Santos Lopes Semedo, secretário de embaixada do 5º escalão, dos Serviços Centrais para a Embaixada de Cabo Verde em Luanda, Angola, devendo apresentar-se até 30 de Abril de 2005.

Direcção-Geral de Administração, na Praia, aos 27 de Janeiro de 2005. – O Director-Geral, p/s. *Gregório Semedo*.

—oço—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho de S. Ex^a a Ministra da Justiça:

De 26 de Janeiro de 2005:

É reconhecida como pessoa jurídica a Fundação Direito e Justiça, com sede social na Cidade da Praia, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 163º e do artigo 185º do código Civil.

Gabinete da Ministra da Justiça, na Praia, ao 26 de Janeiro de 2005. – A Directora de Gabinete, *Ivete Herbert Lopes*.

Direcção-Central da Polícia Judiciária

Despacho de S. Ex^a a Ministra da Justiça:

De 2 de Dezembro de 2004:

Ao abrigo do disposto no artigo 5º, do Decreto-Lei nº 87/82, de 19 de Julho conjugado com o artigo 8º do Decreto-Legislativo nº 5/93, de 12 de Maio, com a sua nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo nº 11/97, de 20 de Maio, são transferidos os seguintes funcionários:

Da Direcção Central para a Subinspecção do Sal:

- Djamila Dias;
- Domingos de Pina;
- José Andrade;
- José Domingos Brito;
- Lourenço Mendes;
- Wladimir Silva

Da Inspeção de São Vicente para a Subinspecção do Sal:

- Francisco Oliveira;
- Nelson Brito.

Da Subinspecção do Sal para a Direcção-Central:

- José António Gomes Lopes;
- José Joaquim Correia;
- Eusébio Cabral;
- Mário Xavier;
- José Ramos.

Direcção-Geral de Administração, na Praia, aos 3 de Fevereiro de 2005. – O Director Administrativo, *Segesmundo Fortes Vieira*.

—oço—

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Comando-Geral da Polícia de Ordem Pública

Despachos de S. Ex^a o Comandante-Geral da Polícia de Ordem Pública:

De 22 de Setembro de 2004:

Carlos Ramalho Vieira, agente de 2ª classe da Polícia de Ordem Pública, referência 1, escalão A, na situação de licença sem vencimento de longa duração, é autorizado o regresso ao quadro de pessoal policial da Polícia de Ordem Pública, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de sua publicação no *Boletim Oficial*.

A despesa tem cabimento na verba inscrita na divisão 10.19.10 da Classificação Económica 3.01.04.05 do orçamento do Ministério da Administração Interna – Polícia de Ordem Pública. – (Visado pelo Tribunal de Contas, em 20 de Dezembro de 2004).

De 18 de Janeiro de 2005:

Augusto Lopes Cardoso, agente de 1ª classe da Polícia de Ordem Pública, efectivo do Comando regional da Praia, concedida licença sem vencimento de 60 (sessenta) dias, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 45º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2005.

Comando-Geral da Polícia de Ordem Pública, na Praia, ao 11 de Janeiro de 2005. – O Chefe de Serviço, *Elísio Vieira Mendes*.

—oço—

MINISTÉRIO DA CULTURA

Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro

Na sequência da publicação do PCCS e do Sistema Retributivo do Pessoal do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, manda-se publicar o enquadramento do pessoal do referido instituto, conforme aprovação do Conselho Administrativo de 19 de Outubro de 2004,

homologado por S. Ex^a o Ministro da Cultura, Dr. José Manuel Veiga, em 26 de Janeiro de 2005:

Enquadramento do Pessoal

- Daniel Avelino Pires, técnico superior principal, nível 15, escalão D;
- Joaquim dos Ângelos Monteiro Morais, técnico superior principal, nível 15, escalão C;
- Maria Auzenda Nogueira da Silva, técnico superior principal, nível 15, escalão C;
- Maria Isabel Tavares Andrade Rosa, técnico superior, nível 14, escalão C;
- Maria do Rosário Monteiro Pereira Borja, técnico superior, nível 13, escalão B;
- Humberto Elisio de Jesus Lopes, técnico superior, nível 13, escalão C;
- Sandra Maria Lima Rocha Teixeira, técnico superior, nível 13, escalão B;
- Elisângela de la Salette Fernandes, técnico profissional especializado, nível 9, escalão A;
- Fátima Conceição Dias Santos, técnico profissional do 2º nível, nível 7, escalão C;
- Maria de Fátima Fortes, oficial administrativo, nível 7, escalão C;
- Maria Isabel do Livramento Lopes da Silva, oficial administrativo, nível 7, escalão C;
- Vera Marisa Lima Cardoso, técnico profissional do 2º nível, nível 7, escalão A;
- Maria Eduarda Correia Vieira dos Santos, técnico profissional do 2º nível, nível 7, escalão A;
- Arlete Maria Carvalho Lopes Araújo, técnico profissional do 2º nível, nível 7, escalão A;
- Maria Manuela Sá Nogueira Ferreira, assistente administrativo, nível 6, escalão A;
- José Luís Fernandes, assistente administrativo, nível 6, escalão A;
- Maria Melinda de Sousa Monteiro, assistente administrativo, nível 6, escalão A;
- Daniel António dos Reis Silva, técnico auxiliar, nível 5, escalão C;
- Filipa de Fátima dos Santos, auxiliar administrativo, nível 3, escalão B;
- Estala Maria Fortes Pereira, rececionista, nível 3, escalão B;
- Constantina Mendes, ajudante serviços gerais, nível 1, escalão F;
- Maria de Lourdes Moreira Tavares, ajudante serviços gerais, nível 1, escalão D;
- Carlos Alberto Gomes da Costa Correia, jardineiro, nível 2, escalão B;
- Luís António de Brito Lobo, fiel de armazém, nível 2, escalão B;
- Adolfo Barbosa S. Leitão da Graça, fiel de armazém, nível 2, escalão B;
- Rosa Moreno Tavares, ajudante serviços gerais, nível 1, escalão D;
- Adelina Pereira da Veiga, ajudante serviços gerais, nível 1, escalão C;
- Idalina David Calazans, ajudante serviços gerais, nível 1, escalão C.

Instituto Nacional da Biblioteca e do Livro, aos 31 de Janeiro de 2005. — O Presidente, *Joaquim Morais*.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E VALORIZAÇÃO
DOS RECURSOS HUMANOS**

Direcção de Recursos Humanos

Despachos de S. Ex^a a Ministra da Educação e Valorização dos Recursos Humanos:

De 26 de Julho de 2004:

Adérito Evangelista Pinto Lopes Afonso, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, do Liceu "Domingos Ramos", nomeado, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Director da Escola Secundária Polivalente "Cesaltina Ramos", ao abrigo do disposto no nº 3, do artigo 3º e artigo 6º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, com as alterações introduzidas ao Decreto-Legislativo nº 4/98, de 19 de Outubro e nº 1 do artigo 24º do Decreto-Lei nº 4/2002, de 19 de Agosto, indo ocupar a vaga deixada pelo anterior titular Aníbal Mendes.

Sem encargos financeiros adicionais para o orçamento do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos.

Despacho conjunto de S. Ex^a a Ministra da Educação e Valorização dos Recursos Humanos e o Presidente da Câmara Municipal do Sal

De 1 de Outubro de 2004:

Maria João Delgado Brito, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, da Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos do Concelho do Sal, requisitada, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de secretária da Mesa da Assembleia Municipal do Sal, nos termos dos artigos 11º a 15º do decreto-lei nº 87/92, de 16 de Julho, conjugados com o artigo 2º da Lei nº 14/IV/91, de 30 de Dezembro e artigo 72º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, com efeitos a partir de 1 de Julho do corrente.

Sem encargos financeiros tem cabimentação na verba da Câmara municipal do Sal.

Despacho do Secretário-Geral do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, por delegação de competência de S. Ex^a a Ministra da Educação e Valorização dos Recursos Humanos:

De 20 de Setembro de 2004:

Rosa Maria Silva Santiago, professora do ensino secundário principal, referência 10, escalão A, da Escola de Formação de Professores do Ensino Básico do Mindelo, desempenhando as funções de Delegada do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos no Concelho de São Vicente, progride para o escalão B, da referência 10, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 10º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, conjugado com o artigo 21º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho e artigo 3º do Decreto-Regulamentar nº 13/93, de 30 de Agosto.

Sem encargos financeiros adicionais para o orçamento do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos.

Direcção de recursos Humanos do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, ao 26 de Janeiro de 2005. — O Director, *Ulisses Monteiro*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE

Direcção de Administração

Despacho conjunto de S. Ex^a o Ministro da Economia,
Crescimento e Competitividade e S. Ex^a o Ministro das
Finanças e Planeamento:

De e de Agosto de 2004:

Tendo a sociedade “KAZA D’ANJINHA KULTURA I KONVIV”
requerido o estatuto de Utilidade Turística a favor do
estabelecimento similar “KAZA D’ANJINHA KULTURA I
KONVIV” ser implementado na cidade do Mindelo, Ilha de São
Vicente, com abertura para o ano de 2005.

Tratando-se de um projecto típico com forte vertente cultural,
artístico e gastronómico, cuja característica arquitectónica se
enquadra de forma harmoniosa na referida zona e cuja qualidade
das instalações e dos serviços a oferecer aos turistas se perspectiva
de bom nível e se adequam à política nacional do turismo;

Tendo em conta que se trata de um investimento orçado em
cerca de 25 905 988\$00 (vinte e cinco milhões, novecentos e cinco
mil novecentos e oitenta e oito escudos) e que vai criar doze novos
postos de trabalho directos e permanentes e que, por isso, irá
contribuir para o aumento do Produto Nacional Bruto, para a
melhoria da Balança de Transacções Correntes, para a redução de
desemprego na Ilha de São Vicente e para o aumento do rendimento
disponível das famílias;

Decidiram:

Atribuir, a título prévio, o estatuto de Utilidade Turística ao
empreendimento “KAZA D’ANJINHA KULTURA I KONVIV”, nos
termos do nº 2, do artigo 4º da Lei nº 42/IV/92, de 6 de Abril, com
efeitos a partir de 2 de Agosto de 2004.

Direcção de Administração, na Praia, aos 26 de Janeiro de 2005.
— A Directora Administrativa, *Bárbara Lima*.

—oço—

TRIBUNAL DE CONTAS

Direcção dos Serviços Administrativos, Financeiros e Patrimoniais

Despachos de S. Ex^a o Presidente do Tribunal de Contas:

De 23 de Novembro de 2004:

Carla Maria Borges Bettencourt, auditora, referência 13, escalão
B, do quadro privativo do Tribunal de Contas, exercendo em
comissão de serviço as funções de Directora dos Serviços
Administrativos e Financeiros do mesmo serviço, promovida à
categoria de auditor principal, referência 14, escalão B, nos
termos da alínea b) do artigo 10º do Decreto-Legislativo nº 13/97,
de 1 de Julho conjugado com a alínea b) do nº 2, do artigo 19º do
Decreto-Lei nº 34/99, de 17 de Maio.

Sem encargos para o Tribunal de Contas, isento do visto nos
termos da alínea o) do artigo 14º da Lei nº 84/IV/93, de 12 de Julho.

De 14 de Dezembro:

Maria Manuela Costa Borges Pereira, oficial principal, referência
9, escalão D, do quadro comum do Tribunal de Contas, exercendo

em comissão de serviço as funções de verificadora, referência 8,
escalão A, e candidata aprovada em concurso externo promovida
pelo Tribunal de Contas, nomeada para, em comissão de serviço,
exercer as funções de auditor adjunto, referência 11, escalão A,
nos termos do nº 3, do artigo 8º e da alínea e), nº 2, do artigo 19º,
todos do Decreto-Lei nº 34/99, de 17 de Maio, conjugado com a
alínea c) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Os encargos com a presente nomeação têm cabimento na rubrica
3.62.99.00 — encargos provisionais com o pessoal do orçamento de
2004. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Janeiro de 2004).

De 28 de Janeiro de 2005:

Maria Manuela Costa Borges Pereira, oficial principal, referência
9, escalão D, do quadro comum do Tribunal de Contas, nomeada
definitivamente no quadro privativo do mesmo serviço, nas
funções de verificadora, referência 8, escalão A, que vinha
exercendo em comissão de serviço, nos termos do nº 5, do artigo
13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Sem encargos para o Tribunal de Contas e isento do visto nos
termos da alínea j), do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 12 de Julho.

Tribunal de Contas, na Praia, aos 28 de Janeiro de 2005. — A
Directora de Serviços, *Carla Borges Bettencourt*.

—oço—

MUNICÍPIO DA BRAVA

Câmara Municipal

Despachos de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal da
Brava:

De 9 de Abril de 2004:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço de Joaquim
Baptista Tavares, no cargo de Secretário Municipal da Brava,
com efeitos a partir do dia 16 de Abril, nos termos do artigo 92º,
nº 2, alínea d), da Lei nº 134/IV/95, do Estatuto dos Municípios,
de 3 de Julho.

Paços do Concelho da Brava, aos 9 de Abril de 2004. — O Presidente
da Câmara, *Camilo Andrade Gonçalves*.

—oço—

MUNICÍPIO DO MAIO

Câmara Municipal

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos comunica-se que regressou ao serviço de
origem no dia 3 de Janeiro de 2005, Augusto da Veiga Varela,
condutor auto pesados, referência 4, escalão D, desta Câmara
Municipal, que se encontrava de licença sem vencimento por 90
dias, desde 4 de Outubro de 2004, nos termos do Decreto-Legislativo
nº 3/93, de 5 de Abril

Paços do Concelho do Maio, 11 de Janeiro de 2005. — O Presidente
da Câmara, *Manuel Ribeiro*.

MUNICÍPIO DO TARRAFAL

Serviço Autónomo de Água e Saneamento

Câmara Municipal

Despachos de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal:

De 15 de Junho de 2004:

É renovado o contrato de tarefa entre a Câmara Municipal do Tarrafal e Virgílio Cardoso Mendes Gonçalves, licenciado em turismo, no ramo de marketing, nos termos do artigo 33º, nº 1, alínea a), e 2 da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugados com os nºs 14, alínea a) e 16, da Resolução nº 1/94/TC, publicada no *Boletim Oficial* nº 11/94, de 11 de Março, II Série, para exercer funções ligada a essa área, por um período de 12 meses, a contar da data da publicação do referido despacho no *Boletim Oficial*, auferindo uma quantia de 360 000\$00 (trezentos e sessenta mil escudos) durante esse período.

Os encargos serão suportados pela dotação inscrita no capítulo 3º, artigo 5º, nº 56 do orçamento municipal. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 16 de Setembro de 2004).

De 14 de Agosto

É concedida licença de curta duração, ao funcionário António Pedro Monteiro Lopes Ribeiro, técnico superior, referência 13, escalão B, por um período de 30 dias, nos termos do nº 1, do artigo 45º, do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 24 de Agosto de 2004.

De 14 de Setembro:

Nos termos dos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugados com os artigos 3º e 4º do Decreto-Regulamentar nº 13/93, de 30 de Agosto, progridem como se indicam os seguintes funcionários e agentes da Câmara Municipal do Tarrafal;

Serviços de Administração e Finanças

Domingos Sanches Horta, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão A, para B;

Alexandre Barros Varela, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão B, para C;

Maria Luísa Silva Cardoso, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão B, para C;

Eugénia Francisca Lopes Rodrigues, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão B, para C;

João José de Pina Correia, técnico auxiliar, referência 5, escalão D, para E.

Serviços de Urbanismo, Emprego e Obras

Francisco de Pina Lopes Correia, fiscal, referência 5, escalão A, para B;

Adélio Joaquim Almeida Amarante, fiscal, referência 5, escalão A, para B;

José António Lobo, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão A, para B.

As despesas têm cabimento nas dotações inscritas nos capítulos 4º, artigo 1º, nº 1, capítulo 2º, grupo 1, artigo 2º do orçamento municipal. – (Isento do visto do Tribunal de Contas).

É concedida licença de longa duração ao agente José da Silva Varela, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão A, por um período de 90 dias, nos termos do nº 1, do artigo 45º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeito a partir de 1 de Setembro de 2004.

Paços do Concelho do Tarrafal, 23 de Setembro de 2004. – O Chefe da Divisão, *Austelino Borges Moreira*.

—o—

MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Câmara Municipal

Deliberação da Câmara Municipal de São Vicente:

De 27 de Outubro de 2004:

Nos termos do disposto nos artigos 20º e 21º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 28º, nº 2, alínea c), do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho e artigo 10º, nº 2, da Lei nº 37/VI/2003, de 31 de Dezembro, são contratados Alcinda da Graça Jesus e Crisolita Fortes Fonseca, licenciadas em Geografia e Arquitectura, respectivamente, para exercerem o cargo de técnico superior, referência 13, escalão A, em regime de contrato administrativo de provimento, por um período de um ano prorrogável, com efeitos a partir da data da sua publicação no *Boletim Oficial*.

Os encargos têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 5º, artigo 55º, nº 1 do orçamento municipal vigente. (Visado pelo Tribunal de Contas, a 31 de Dezembro de 2004)

Despachos de S. Ex^a a Presidente da Câmara Municipal de São Vicente:

De 27 de Dezembro de 2004:

Maria José Teixeira Barbosa da Costa Almeida, director administrativo, referência 13, escalão B, do quadro deste município, nomeada para, nos termos do disposto nos números 1 e 3, do artigo 3º, do Decreto-Lei nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com o artigo 1º do Decreto-Lei nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com o artigo 1º do Decreto-Legislativo nº 1/98, de 8 de Junho, exercer o cargo de assessor, nível IV, em regime de comissão de serviço, com efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2005.

Os encargos decorrentes da presente nomeação têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 2º, artigo 11º, nº 1 do orçamento municipal vigente. – (Isento de visto do Tribunal de Contas).

Paços do Concelho de São Vicente, aos 12 de Janeiro de 2005. – O Secretário Municipal, *Avenino Pedro Chantre Lopes da Silva*.

BREVEMENTE INDICE REMISSIVO RELATIVO AO ANO 2004



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral, Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@cvtelecom.cv

ASSINATURAS

Para o país:			Para países de expressão portuguesa:		
	Ano	Semestre		Ano	Semestre
I Série	5 000\$00	3 700\$00	I Série	6 700\$00	5 200\$00
II Série	3 500\$00	2 200\$00	II Série	4 800\$00	3 800\$00
III Série	3 000\$00	2 000\$00	III Série	4 000\$00	3 000\$00
AVULSO por cada página		10\$00	Para outros países:		
Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.			I Série	7 200\$00	6 200\$00
			II Série	5 800\$00	4 800\$00
			III Série	5 000\$00	4 000\$00
AVULSO por cada página					10\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	5 000\$00
1/2 Página	2 500\$00
1/4 Página	1 000\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTES NÚMEROS — 80\$00